

RESUMO

A reunião iniciou-se pelas 16h40

A SEAEP começou por referir que, aprovado que está na generalidade o OE para 2016, pode entrar-se num novo período de negociação. Apresentou por escrito uma resposta (que se anexa) e apresentou um acordo reformulado que não vincula a nada mais que não seja um plano de trabalhos. Não vincula a entendimentos de unanimidade e consensualização mas de debate e de trabalhos sobre determinadas matérias.

A proposta resume-se a um plano de trabalhos com prioridades negociais. Há acordo do Governo relativamente às matérias já apresentadas como matérias prioritárias para serem discutidas em sede própria.

Nessa medida a SEAEP propõe a assinatura do entendimento, sendo que mesmo que não haja assinatura, a FCSAP será sempre chamada em caso de procedimentos negociais.

A FCSAP começou por fazer comentários à resposta do Governo à PRC 2016: quanto à extinção das reduções e reposição dos salários, valoriza-se o passo dado, muito embora se entenda que o mesmo devesse ocorrer na totalidade em Janeiro.

Contudo, sobre a extinção da sobretaxa de IRS, coloca-se a questão da extinção dos duodécimos e a elevada carga fiscal a que os trabalhadores ainda estão sujeitos, sendo necessário alargamento dos escalões. A alteração fiscal operada pelo governo da direita provocou mais uma redução significativa dos salários, sendo que tal situação tem que ser alterada.

O problema com que se vão confrontar os trabalhadores resolve-se com o aumento salarial, o descongelamento das progressões e o alargamento dos escalões.

A Frente Comum entende que o Governo tem espaço para apresentar propostas durante a discussão na especialidade do Orçamento de Estado de actualização salarial e dar um sinal positivo de aumentar o subsídio de refeição para 6,50€.

A Frente Comum informou ainda o Governo que irá apresentar estas propostas na Assembleia da República.

Sobre o que consta no Protocolo negocial e agora está no âmbito do Ministério da Saúde, reitera-se a necessidade de redução do desconto da ADSE, cujo *superavit* resultante das contribuições (no montante de 200 milhões de euros), está a servir para pagar o défice, como demonstra o mapa que também se anexa.

A FCSAP questiona se a tutela é única do Ministério da Saúde ou partilhada e as questões da ADSE dizem directamente respeito aos trabalhadores, sendo que estão a ser propostas alterações que não estão a ser negociadas com os sindicatos.

Relativamente ao segundo ponto – o designado Acordo de Princípios, a que a FCSAP designa de Protocolo Negocial, apresenta-se uma proposta com a discussão em dois momentos – incidência orçamental e regime laboral.

Relativamente às 35 horas, entende-se que deve ser um ponto prévio e não uma discussão de aplicabilidade ou não – a exigência é da aplicação em todos os locais assim que publicada a lei. Seguidamente colocam-se as questões de representação das partes e credenciação e da não interferência em eventuais mesas negociais sectoriais em curso.

Mantém-se o local de negociação no Ministério das Finanças e depois determinam-se as prioridades em matéria negocial, sendo que as matérias com incidência orçamental poderão ser discutidas até à votação final global do Orçamento do Estado para 2016.

Quanto às matérias prioritárias em termos de regime laboral, a FCSAP propõe:

1. Regularização dos vínculos precários na Administração Pública;
2. Regime da requalificação;
3. Regime de carreiras, vínculos e contratação na AP;
4. Regime de aposentação;
5. Reconfiguração, encerramento de serviços públicos e municipalização das funções sociais do Estado;
6. Alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
7. Formação profissional na AP.

A SEAEP afirma que ainda não há condições para dar já uma resposta, mas irá analisar e responder à proposta do protocolo sindical. As estruturas firmaram (ou irão firmar) o compromisso inicial enviado pelo Governo e a FCSAP ficará com uma redacção diferente às demais estruturas, mas isso não representa qualquer problema. Reitera que não é pressuposto da condução do processo a unanimidade, mas um processo que leve à convergência possível.

Sem informação e transparência não é possível negociar e estas reuniões servirão para essa mesma informação e na próxima reunião, em Março, que está agendada a questão das 35 horas – a informação sobre o impacto das 35 horas – irá ser analisado o diagnóstico e relatório (que identificará as realidades sectoriais) e irá ser então avaliada a proposta de Protocolo Negocial, com uma data proposta para 31 de Março.

A SEAEP compreende que existam ainda questões orçamentais durante a questão na especialidade, afirmando que não poderá muito a fazer. Quanto aos escalões é intenção do Governo de alterar os escalões. A alteração prevista é a de dar a opção aos trabalhadores da Administração Pública, em 2017, o direito de opção pelo pagamento em duodécimos ou na totalidade.

A FCSAP questiona se a SEAEP vai pressionar o Governo para que existam aumentos para os trabalhadores na Administração Pública. A SEAEP afirma que existirão mais negociações com os parceiros sociais até à finalização da discussão orçamental sem adiantar quaisquer temas ou propostas.

Finalmente, sobre os horários de trabalho, a FCSAP entende que as 35 horas têm que ser aplicadas em todos os serviços ao mesmo tempo e pergunta se há condições para a SEAEP garantir isto, sendo que a SEAEP não respondeu, apenas afirmando que é demasiado cedo para afirmar qualquer decisão sobre isso uma vez que não há qualquer informação sobre a matéria.

A reunião terminou pelas 17h30

Pela FCSAP